



PROGRAMA

Apresentação

Apresentação:

O Ciberespaço é o novo palco do Direito. Convoca novas questões jurídicas do Direito Público e do Direito Privado, contornando, habilmente, velhas certezas e seguranças, exigindo respostas eficazes e adequadas aos novos problemas. A segurança no ciberespaço afirma-se um cenário por excelência de multidisciplinaridade, mesmo no Direito, reclamando o cruzamento de saberes e especializações. Postula-se, por conseguinte, uma visão alargada da Cibersegurança, por forma a cobrir todas as dimensões de segurança que afetam o ciberespaço.

Este Curso pretende reunir e desbravar as questões essenciais que a Cibersegurança coloca ao Direito, focando-se nos impactos jurídicos, do Direito Público e do Direito Privado, da segurança do ciberespaço. Este curso pretende agregar os melhores especialistas nas questões jurídicas mais complexas suscitadas pelo Ciberespaço, nas várias áreas do Direito, desde o Direito Constitucional do Ciberespaço, os Direitos Fundamentais e o Direito Administrativo aos problemas específicos de Direito Penal e Processual Penal, para além daqueles que envolvem o Direito Civil, Comercial e Direito Internacional Privado, implicados, por exemplo, em temas como a IoT – *Internet of Things* – e a Inteligência Artificial.

Em especial:

1. Os novos desafios da *Diretiva NIS (Network and Information Security - Segurança das Redes e da Informação)* para o Estado, Operadores Privados de Serviços Essenciais e Prestadores de Serviços Digitais:

i) Trata-se da primeira legislação da União Europeia sobre cibersegurança, que estabelece um conjunto de medidas para prevenir incidentes cibernéticos na Europa.

ii) Os operadores das infraestruturas críticas de alguns setores (serviços financeiros, transportes, energia, saúde), os facilitadores de (responsáveis pelos) serviços da sociedade da informação (tais como lojas de aplicações em linha, plataformas de comércio eletrónico, pagamentos na Internet, computação em nuvem, motores de pesquisa e redes sociais) e as administrações públicas devem adotar práticas de gestão do risco e notificar os incidentes de segurança graves ocorridos nos seus serviços essenciais.

2. Proteção de Dados no Ciberespaço:

i) Direito à Autodeterminação Informacional e o novo Regulamento Geral de Proteção de Dados: análise das virtudes e das insuficiências do novo enquadramento jurídico da UE;

ii) Impactos Jurídico-Privados do Novo Regulamento Geral de Proteção de Dados: uma abordagem jurídico-empresarial dos novos desafios do RGPD nas organizações;

iii) Conjugação do Novas Regras da EU de Proteção de Dados (“Privacy Package”):

1. Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à *proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais* e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (*Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados*);
2. Diretiva (UE) 2016/680 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativa à *proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas autoridades competentes para efeitos de prevenção*,

investigação, deteção ou repressão de infrações penais ou execução de sanções penais, e à livre circulação desses dados, e que revoga a Decisão-Quadro 2008/977/JAI do Conselho;

3. Diretiva (UE) 2016/681 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativa à *utilização dos dados dos registos de identificação dos passageiros (PNR) para efeitos de prevenção, deteção, investigação e repressão das infrações terroristas e da criminalidade grave*;
4. Fevereiro 2017 – apresentada nova Proposta de Regulamento do PE e do Conselho relativo à *Proteção da Privacidade e ao tratamento de Dados Pessoais no Sector das Comunicações Eletrónicas* - Revogação da “ePrivacy Directive” - Diretiva 2002/58/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Julho de 2002, relativa ao *tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no sector das comunicações eletrónicas (Diretiva relativa à privacidade e às comunicações eletrónicas)*.

3. As Estratégias Nacionais de Cibersegurança e de Ciberdefesa;

4. As Dificuldades de Regulação do Ciberespaço: Anonimato, jurisdição e extraterritorialidade, problemas agravados pela diversidade motivacional das condutas;

5. Implicações Jurídicas da IoT e da Inteligência Artificial;

6. O Papel das Tecnologias de Informação na Segurança do Estado e na Justiça: novas metodologias de investigação, cooperação policial e formas rápidas e eficientes de obter dados;

i) Videovigilância, Escutas, Metadados, *Drones*, etc;

ii) As exigências de meios de investigação e probatórios decisivos mas, eventualmente colidentes, com a Constituição Penal e Processual Penal;

7. Impactos Jurídico-constitucionais das Novas Regras de Combate ao Terrorismo.

8. O Direito Internacional aplicável a operações em rede, procurando encontrar o posicionamento possível para os Estados no ciberespaço. As novas fronteiras geradas pelos sistemas de filtragem e encriptação, bem como a nova configuração de conceitos como soberania, ataque armado e uso da força. A alteração do equilíbrio de forças, com o surgimento de atores não estaduais a assumir atividades dos Estados.

Este Curso oferece ainda uma vertente prática de formação, presente quer na forma como os vários temas são abordados, quer num **módulo especificamente dedicado a exercícios e treino**. Com vista a consolidar conhecimentos e a permitir articular os vários temas relacionados com cibersegurança, apresentam-se cenários concretos em contexto de trabalho. As dificuldades de identificação dos equilíbrios adequados entre diversos direitos e interesses merecedores de tutela, como a segurança dos cidadãos, das organizações e do Estado e a proteção da privacidade ou a liberdade de informação, permitem adquirir sensibilidades e levantar capacidades nessas matérias. Apresentam-se algumas das práticas aconselháveis para assegurar um nível elevado de segurança no ciberespaço, do ponto de vista preventivo, e desafia-se a eficácia dessas mesmas práticas perante possíveis incidentes de segurança em rede.

Consulte o programa provisório do curso nos próximos separadores...

Sessão de abertura

5 Abril de 2018 – 5ª feira

18h30

Apresentação do Curso - Comissão Científica

- Centro Nacional de Cibersegurança - Pedro Veiga (CNCS)
- Conferência Inaugural – Eduardo Veracruz (FDUL)
- Centro de Ciberdefesa – CMG Fialho de Jesus

Tecnologia, Constituição e Direitos Fundamentais no Ciberespaço

7 Abril de 2018 – Sábado

9h30 – 10h30

“Constituição e Ciberespaço: Problemas Fundamentais”

Raquel Brízida Castro

10h45-11h45

“Intervenção Administrativa sobre Direitos Fundamentais no Ciberespaço”

Mariana Melo Egídio

12h às 13h

“Aspectos Tecnológicos dos Direitos Fundamentais no Ciberespaço”

Mário Gaspar da Silva (Catedrático IST Lisboa)

12 Abril 2018 – 5.ª Feira

18h15-19h15

“Privacidade e Novas Tecnologias”

Raquel Brízida Castro

19h30-20h30

“Os riscos e limites do recurso a meios de segurança interna intrusiva: videovigilância, escutas ambientais e eletrónicas, acesso a metadados e drone”

Miguel Prata Roque

14 Abril 2018 – Sábado

9h30-10h30

“Proteção Multinível de Direitos Fundamentais no Ciberespaço”

Ana Guerra Martins

10h45-11h45

“Liberdade de Expressão no Ciberespaço”

Raquel Brízida Castro

12h-13h

“Reality Check Tecnológico”

José Legatheaux – FCT – UNL

Direito da UE e proteção de dados

19 Abril 2018 – 5.ª Feira

18h15-19h15

“Ciberespaço e o Primado do Direito da UE”

Maria Luísa Duarte

19h30-20h30

“A Legislação Europeia sobre Proteção de Dados”

Alexandre Sousa Pinheiro

21 Abril 2018 – Sábado

9h30-10h30

“Governance de proteção de dados em contexto empresarial”

Domingos Soares Farinho

10h45-11h45

“Lei aplicável à protecção de dados pessoais na internet”

Luís Lima Pinheiro

12h-13h

“Algumas Implicações Jurídicas do Novo RGPD”

Nuno Teixeira Castro

26 Abril 2018 – 5.ª Feira

18h15-19h15

“A Diretiva PNR”

Mário João Fernandes

19h30-20h30

“O Direito ao Esquecimento”

Rui Ataíde

28 Abril 2018 – Sábado

9h30-10h30

“O Direito Fundamental à Proteção de Dados e o RGPD”

Alexandre Sousa Pinheiro

10h45-11h45

“Europeização da Regulação da Sociedade da Informação”

Miguel Sousa Ferro

12h-13h

“International Data Privacy”

Radim Polcák (Universidade de Masaryk, República Checa)

Direito Internacional aplicável às operações em rede

(Aulas na Academia Militar)

Maio, dias 3, 5, 10, 12, 17, 19, 24, 26, 30 - 25 Horas

Quintas-feiras – das 18h15 – 21h45 (3 sessões)

Sábados – das 9h30 às 13h (3 sessões em cada dia)

Sofia de Vasconcelos Casimiro (Academia Militar)

Participação de Radim Polcák, Tomás Pitner, Helena Farrand Carrapiço, Afonso Seixas

I. Questões prévias. 1. Direitos nacionais e o Direito Internacional 2. Infraestruturas e sujeitos relevantes para as operações em rede

II. Vulnerabilidades no ciberespaço; a segurança e defesa dos Estados

III. O Direito Internacional aplicável às operações no ciberespaço em tempo de paz e em contexto de conflito armado. 1. O Direito Internacional Público e o ciberespaço; 2. O Manual de Tallinn e o seu enquadramento; 3. Princípios gerais de Direito Internacional Público relevantes para o ciberespaço; 4. A imputação de atos aos Estados no ciberespaço; 5. O uso lícito e ilícito da força; 6. Os sujeitos participantes em hostilidades; 7. O ataque por meios eletrónicos

30 Maio 2018 – Quarta-feira

Mesa Redonda com painel de especialistas (representantes da Escola de Comunicações e Sistemas de Informação da NATO, GNS/CNCS, UNC3T, Centro de Ciberdefesa)

Economia, regulação e ciberespaço

2 Junho 2018 – Sábado

9h30-10h30

“Implicações dos Regimes de Credenciação de Segurança”

Mário João Fernandes

10h45-11h45

Ciberespaço e Economia da Regulação

Nuno Garoupa

12h-13h

Alguns Dilemas Regulatórios no Mercado Digital

Raquel Brízida Castro

7 Junho 2018 – Quinta-feira

18h15 – 19h15

“Regulação das Comunicações Eletrónicas”

Paula Vaz Freire

19h30 – 20h30

“O controlo do poder de mercado no ciberespaço: na fronteira entre a proteção da privacidade e o Direito da Concorrência”

Miguel Moura e Silva

Direito Privado e ciberespaço

9 Junho 2018 – Sábado

9h30-10h30

Comércio no Ciberespaço

Pedro Leitão Pais Vasconcelos

10h45-11h45

“A Responsabilidade Civil pela Disponibilização de Redes WIFI”

Luís Menezes Leitão

12h-13h

“O tribunal internacionalmente competente para apreciar litígios relativos a responsabilidade extracontratual decorrente da violação de direitos de personalidade”.

Elsa Oliveira

14 Junho 2018 – Quinta-feira

18h15-19h15

“Crowdfunding e outros meios alternativos de financiamento online”

Diogo Pereira Duarte

19h30-20h30

“A consultoria financeira robótica (robo-advisor)”

António Barreto Menezes Cordeiro

16 Junho 2018 – Sábado

9h30-10h30

“Propriedade Intelectual no Ciberespaço”

Sofia Vasconcelos Casimiro

10h45-11h45

“A responsabilidade Civil por danos causados por robôs”

Dário Moura Vicente

12h-13h

“Ciberespaço e Jurisprudência Laboral: Geolocalização, CNPD e Processo Disciplinar”

Isabel Vieira Borges

21 Junho 2018

18h15-19h15

“Computador, e-mail e redes sociais em contexto laboral”

David Carvalho Martins

19h30 – 20h30

“Ciberespaço e Direito do Trabalho”

Luís Gonçalves da Silva

20h45-21h45

“A Legislação Portuguesa sobre Proteção de Dados”

Alexandre Sousa Pinheiro

Direito Penal, Processual Penal e ciberespaço

23 Junho 2018 – Sábado

9h30-10h30

“A pesquisa informática e a apreensão de correio eletrónico”

Paulo Sousa Mendes

10h45-11h45

“O uso de malware na investigação criminal”

David Silva Ramalho

12h-13h

“Perícia digital e presunção de inocência”

Inês Ferreira Leite

28 Junho 2018 – 5.º Feira

18h15-19h15

“Cibersegurança e cibercrime: fenómenos globais - desafios ao direito processual e ao direito penal”

Pedro Verdelho

19h30-20h30

“Captação de Imagens e Videovigilância em Processo Penal”

Frederico da Costa Pinto

Assessoria jurídica de prevenção e gestão de crises no ciberespaço

(Aulas na Academia Militar)

Dias 30 Junho e 5, 7, 12 e 14 de Julho

15h (quintas-feiras: 18h15 às 21h45; sábados: 9h30 às 13h00)

Sofia de Vasconcelos Casimiro (Academia Militar)

I. Os trabalhos de assessoria jurídica antes do incidente em rede

II. Os trabalhos de assessoria jurídica durante e depois do incidente em rede

III. Exercícios de Cibersegurança e Ciberdefesa para juristas

Segurança e ciberespaço

19 Julho 2018 – 5.ª feira

18h15-19h15

“Cibersegurança e Infraestruturas”

Guilherme d' Oliveira Martins

19h30-20h30

“A transnacionalidade das ameaças cibernéticas e o problema da determinação da jurisdição competente”

Miguel Prata Roque

21 Julho 2018 – Sábado

9h30-10h30

“Políticas de Segurança e Ciberespaço e Cidadania”

Pedro Clemente

10h45-11h45

“A cibersegurança à luz da criminologia moderna”

Nuno Poiares

12h-13h

“Aspetos Tecnológicos da Cibersegurança”

Henrique João Domingos (FCT-UNL)

24 Julho, terça-feira

18h30-19h30

“A Comissão Nacional de Proteção de Dados”

Filipa Calvão, Presidente (CNPD)

26 Julho, quinta-feira

18h15-19h15

“A Nova Lei de Cibersegurança”



Alexandre Leite/Ana Gerales (CNCS)

Páginas

- 1
- [2](#)
- [seguinte >](#)
- [última »](#)



INFORMAÇÕES

As sessões do presente curso realizam-se entre 05 de abril e 21 de julho de 2018, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em sala a indicar, exceto os módulos 3 e 7 que se realizam na Academia Militar.

Propina: € 699,00

Inscrições:

- Inscrições a decorrer *online* até 26/03/2018 - através do botão respetivo, no menú vermelho, acima nesta página.
- Não necessita enviar comprovativo dos pagamentos multibanco feitos na sequência da inscrição online.
- As entidades públicas que necessitem de emissão prévia de factura, deverão preencher o formulário de inscrição, optando pela modalidade de transferência bancária, contactando então o secretariado do ICJP. Os dados do formulário de inscrição são todos relativos ao candidato a aluno, nomeadamente o e-mail que será igualmente o username para login na área reservada do curso. Os dados da entidade que inscreve o candidato, são inscritos no formulário de pagamento, e são necessários para emissão da factura.
- As inscrições só ficam confirmadas com a regularização do respetivo pagamento e no caso de transferência bancária, igualmente com o envio do respetivo comprovativo.

Notas adicionais:

- Número mínimo de participantes para abrir o curso: 30
- Será passado um certificado de frequência mediante a assistência a 3/4 das sessões.

Contactos: Dra. Telma Oliveira, 2.^a a 6.^a feira das 11h00 às 13h30 e das 14h30 às 19h00.

Telefone: 217 820 265 – Tlm.: 933 469 330 - E-mail: icjp@fd.ulisboa.pt



FICHA TÉCNICA

Curso Avançado

Coordenação Científica:

- Alexandre Sousa Pinheiro
- Raquel Alexandra Brízida Castro
- Sofia de Vasconcelos Casimiro
- Nuno Teixeira Castro
- Mariana Melo Egídio

Uma iniciativa conjunta:



Integrada num [Projeto de Investigação do CIDP](#)



No quadro do [Projeto MNCDE&T](#) da NATO
(*Multinational Cyberdefence Education and Training*)



Apoio institucional:



Ficam ressalvadas eventuais alterações ao programa deste curso